



PSD p.10

Mais transparência no financiamento dos "media"



PSD e Governo p.11

Reembolso antecipado ao FMI é "mais um sinal positivo"

# POVO LIVRE



nº 1863

18 de Fevereiro de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## "O EURO NÃO SERIA O MESMO SE PORTUGAL TIVESSE FALHADO O PROGRAMA"



O Primeiro-Ministro esteve na reunião do Partido Popular Europeu, depois de participar no Conselho Europeu

# “O euro não seria o mesmo se Portugal tivesse falhado o programa”



Para o Primeiro-Ministro, “o euro não seria o mesmo hoje se Portugal ou a Irlanda tivessem falhado os seus programas, se tivessem precisado de fazer reestruturações da dívida, se tivessem precisado de um segundo ou terceiro programa”. Pedro Passos Coelho, que falava no fim do Conselho Europeu, em Bruxelas, dia 12, acrescentou que “evidentemente, as opções que nós tomámos não as impomos aos outros”. Passos Coelho afirmou compreender “o problema” do Primeiro-Ministro grego, Alexis Tsipras, de ter sido eleito “contra um programa” que deveria executar, mas sublinhou que, pessoalmente, seguiu o caminho do cumprimento do acordado. No final de um Conselho Europeu informal que assinalou a estreia de Tsipras em reuniões de líderes da União Europeia, Pedro Passos Coelho referiu que teve a “oportunidade de ouvir muito atentamente” a exposição que Tsipras fez perante o Conselho Europeu. “Respeito as eleições que tiveram lugar na Grécia e o Primeiro-Ministro grego merece todo o meu respeito, como todos os outros chefes de Estado e de Governo à volta da mesa do Conselho, e não tenho por maneira de ser tratar com antipatia quem seja que for”, afirmou Passos Coelho, acrescentando não ter “nem simpatia, nem antipatia” por Tsipras. “Daquilo que lhe ouvi, não ouvi nada de diferente que não tivesse sido já transmitido através dos media e, por isso, percebi a dificuldade de alguém que sente que foi eleito contra um programa que está a ser executado e que, no entanto, tem uma execução que é indispensável à observância das regras a que todos estamos obrigados na UE”, observou. “Percebo portanto o seu problema, de ver como consegue conciliar o respeito pelas regras europeias





com o mandato que lhe foi conferido na Grécia, mas esse evidentemente é um problema pelo qual eu tenho simpatia, mas não é um problema que eu possa resolver”, prosseguiu.

Passos Coelho fez então um paralelo e lembrou que foi eleito, em Portugal, não contra um programa, mas “com o compromisso de que respeitaria e executaria o programa que tinha sido negociado pelo Governo anterior”. “E apesar de saber que ele continha metas que eram pouco realistas, na verdade, a opção que tomei na altura não foi a de pedir a renegociação do programa, mas de procurar cumpri-lo, de maneira a poder conquistar espaço de respeito e confiança suficiente para o poder ajustar”, apontou.

### Portugal tem sido solidário com a Grécia

De acordo com o chefe de Governo, a carta aberta que lhe foi dirigida por 32 figuras públicas “parte de um equívoco”, pois Portugal “é, de longe”, dos Estados-membros que maior esforço fez para apoiar a Grécia. Falando no final de um Conselho Europeu informal, que assinalou a estreia do novo primeiro-ministro grego em cimeiras de líderes da União Europeia, Pedro Passos Coelho indicou que ainda não foi hoje que teve oportunidade de falar pessoalmente com Alexis Tsipras, negou qualquer “antipatia” relativamente ao novo executivo de Atenas e sublinhou que Portugal até é o país da UE que, em termos proporcionais ao PIB, maior esforço de solidariedade fez.

Por isso, disse, a carta aberta hoje divulgada “parte de um equívoco que é o de assumir que Portugal tem um preconceito (...) ou antipatia pelo Governo grego, mas não é isso que está em causa”. “Nós, de resto, temos sido o país mais solidário, em termos relativos, no esforço que fazemos, somos seguramente o país na Europa que mais esforço temos feito (...). Julgo que é importante que os portugueses também tenham noção disso”, afirmou.

Ressalvando que não quer “alimentar qualquer sentimento de desigualdade”, o primeiro-ministro lembrou

que a Grécia teve “soluções únicas e excepcionais que outros países não tiveram”, desde o início da crise.

“Mas aqueles que também fizeram um esforço muito grande, sabem que não tiveram condições tão facilitadas, digamos assim, como a Grécia teve, e isso hoje também sai do bolso desses cidadãos, quer dos cidadãos portugueses, quer dos cidadãos irlandeses”, apontou. E acrescentou: “Fazemo-lo com gosto, porque estamos a ser solidários com um país da zona euro e da UE”.

Passos Coelho explicou ainda que os chefes de Estado e de Governo tiveram hoje oportunidade de ouvir uma exposição de Tsipras sobre a situação grega, assim como do presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, tendo decidido não haver lugar a qualquer discussão entre os 28 pois, pois, “sendo essa uma matéria que está a ser analisada do ponto de vista técnico, não faria sentido estar a discutir sem ter uma base de discussão”, que disse esperar ser possível alcançar no próximo Eurogrupo.

## Primeiro-Ministro felicita novo cardeal de Lisboa



O Primeiro-Ministro felicitou o patriarca de Lisboa pela sua investitura como cardeal da Igreja Católica, classificando Manuel Clemente como um “pastor de grande envergadura moral e espiritual”. Numa nota enviada à agência Lusa, o gabinete do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, considera a criação do novo cardeal de Lisboa como “uma enorme alegria e como “um gesto com elevado significado para o país”. O chefe de Governo lembra o “contributo que o país sempre espera da Igreja Católica para o seu desenvolvimento social e cívico”. Pedro Passos Coelho

classificou ainda como “uma excelente notícia” a designação do bispo de Santiago, Arlindo Gomes Furtado, como novo cardeal de Cabo Verde, comentando que significa “mais um reflexo da abertura da Igreja a uma maior diversidade geográfica no seu colégio de cardeais”.

# Marco António Costa em França

Marco António Costa afirmou que “o PS está a entrar numa fase de desespero político”, comentando a crítica do presidente do PS a uma declaração do Presidente da República sobre a Grécia. “A afirmação do doutor Carlos César é, de facto, a todos os títulos inaceitável. Trata-se de uma afirmação ofensiva, que procura amesquinhar e atingir de forma indigna o senhor Presidente da República”, declarou à agência Lusa, em Paris, o vice-presidente coordenador do PSD.

Marco António Costa sublinhou que Cavaco Silva “tem sido sempre uma figura independente e isenta na forma como atua”, acrescentando que o Presidente “actua de acordo com a sua consciência e não por proximidade a nenhuma força política, partidária ou social”.

O porta-voz do PSD apontou o bom desempenho económico de Portugal em 2014, com o “crescimento das exportações em 1,9 por cento” e a diminuição do desemprego, como “boas notícias” que, no seu entender, estão a ser um “factor de perturbação da serenidade e do discernimento do Partido Socialista”, o qual “reage com esse tipo de ataques completamente despropositados e inaceitáveis”.

Marco António Costa entende, ainda, que “ao fim de vários meses desta direcção política do PS estar em funções”, “este tipo de insinuações” atingem “o grau mais elevado e mais negativo”, vincando que o PS não tem nada para oferecer aos portugueses a não ser retórica, ataques e sectarismo”.

O dirigente do PSD aconselha “o Partido Socialista a readquirir alguma calma institucional e reposicionar-se no debate político numa lógica de apresentar propostas concretas para os problemas do país”.

Marco António Costa chegou dia 11, à capital francesa, para uma visita que se prolongou até dia 14 de Fevereiro. Acompanhado pelo deputado eleito pelo círculo eleitoral da Europa, Carlos Gonçalves, o vice-presidente contactou com empresários e políticos da comunidade portuguesa em Paris, Saint-Etienne e Lyon. Esta deslocação incluiu uma visita ao Mercado de Abastecimento de Paris-Rungis, às empresas L’Oceane e Les Dauphins, e encontros com a Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, Câmara de Comércio e Indústria do Departamento de Loire e com membros da comunidade portuguesa de Aulnay-sous-Bois e de Saint Étienne.



# José Matos Rosa nos 40 anos do PSD de Mafra

O secretário-geral do Partido Social Democrata (PSD), José Matos Rosa, esteve no Domingo, 15 de Fevereiro de 2015, num almoço dos 40 anos do PSD de Mafra. Uma sessão que juntou 600 sociais-democratas e que serviu também para homenagear os militantes mais antigos, que têm servido o Partido ao longo destas quatro décadas de existência.



Entrevista a Miguel Poiares Maduro

# “Os fundos não são nem podem ser concebidos para ganhar eleições”



Compilou as suas crónicas sob o título “Peixe fora de água”, mas garante que na política, tem sido político. Miguel Poiares Maduro é, há dois anos, ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, tendo deixado suspensa a sua actividade docente, na Universidade de Florença. É para lá que o homem que agora está a gerir os 25 mil milhões de euros em fundos comunitários pensa voltar depois do governo. Mas também não fecha a porta à política. Fala das conquistas e falhanços desta sua primeira experiência no meio político e começa esta conversa pelo acontecimento de peso: a reviravolta grega e o que dela pode vir.

**Várias personalidades assinaram uma carta em defesa da Grécia e de uma “solução multilateral do problema das dívidas europeias”. A Grécia tem alguma coisa a ensinar a Portugal?**

Não é do interesse de Portugal ver a sua situação ser confundida com a da Grécia. Tenho muita dificuldade em compreender que haja pessoas que já tiveram responsabilidades em Portugal e que venham, agora, defender isso. Uma das grandes vantagens do sucesso do ajustamento português e uma das grandes recompensas é termos encerrado o período de assistência. Dizer que temos um problema de sustentabilidade da dívida semelhante ao da Grécia é exactamente aquilo que não devemos fazer e vai contra o nosso interesse. Conseguimos fechar o programa de assistência, regressar ao financiamento dos mercados e com isso recuperar liberdade de decisão. Porque fariamos afirmações que invertessem esse processo?

**O sucesso negocial da Grécia significará um falhanço para este governo português?**

Não vou especular sobre o resultado das negociações entre a Grécia e os outros Estados-membros. Posso dizer que Portugal já conseguiu muito da Europa, embora devamos exigir ainda mais à Europa. Conseguimos liderar o processo na União Bancária, reduzir os juros da nossa dívida e conseguimos credibilidade. Há duas faces da moeda: a credibilidade que se conquista com o sucesso do programa de ajustamento e, por outro lado, exigir à Europa a contrapartida que a Europa deve.

**A questão grega pode ser, tal como dizem muitos dos que nem estão ao lado das pretensões gregas, pode vir a permitir mais reformas para que a Europa vá ao encontro do ideal europeu perdido?**

Até agora tem contribuído mais para um debate deturpado e equívoco sobre as mudanças de que a Europa precisa. O grande problema que a Europa teve ao longo desta crise foi resultado de uma fragmentação política e económica excessiva que teve como consequência um ajustamento nem sempre equilibrado. A repartição do esforço nem sempre foi equilibrada.

**E razoável...**

A solução para este problema da Europa não passa pela solidariedade promovida através de transferências entre Estados-membros, como a discussão sobre a questão grega está a levantar de novo. Isso só levará a uma maior fragmentação, porque essa solidariedade traduz-se sempre na ideia de que o país contribuinte acha que está a pagar pelo risco moral de acções do devedor. E o Estado que recebe essa transferência vai ver sempre as políticas que tem de adoptar como uma imposição do Estado que faz a transferência. O que o governo português tem defendido é que a evolução da Europa passe pelo reforço de um orçamento da zona euro, assente em recursos próprios.

**Se tudo corresse bem, que Europa imaginaria?**

Para o processo de transformação, a Europa deve complementar os diferentes espaços políticos nacionais por um verdadeiro espaço político europeu.

**O federalismo?**

Recusei-me sempre, como académico, a falar em federalista ou não federalista. Sou muito analítico: há um problema na Europa, não tem um espaço político. É legítimo para um determinado Estado, como a Grécia, fazer as suas opções, mas elas têm de ser coordenadas com outras igualmente respeitáveis de outros Estados-membros. Os gregos podem decidir, mas a partir do momento em que as suas decisões têm consequências noutros Estados-membros, estes têm direito a ter voz no processo político e vice-versa.

**Há ambiente para um discurso de integração política quando a Europa acaba de falhar na resolução conjunta da crise?**

Não aceitaria esse diagnóstico que a Europa falhou. O que acho é que não reagiu da forma rápida que devia ter reagido e ainda não completou todos os instrumentos para responder de forma adequada a esta crise e a crises futuras. Agora, a recuperação não está a ser ao ritmo que todos gostariam e o ajustamento não foi equilibrado entre todos.

**... o que do ponto de vista de alguns Estados-membros mais afectados pela crise é um falhanço.**

Não quer dizer que estes Estados não estejam a recuperar. Se calhar gostávamos que a recuperação portuguesa fosse mais rápida. O esforço de consolidação orçamental portuguesa tinha de ser feito, se calhar devia ter sido completado com o reforço da procura por outros Estados europeus que tinham capacidade orçamental para o fazer. Isto exige um espaço político europeu e uma integração económica mais forte. Não é, como diz o PS, a Europa dispensar-nos do esforço de consolidação orçamental. O que era importante era o reforço da capacidade orçamental.

**Aí estão alinhados. Também o PS quer mudar o ponteiro.**

Não sei bem qual é o discurso do PS porque ele muda quase todos os dias. Sei é que é necessário o crescimento, esse é o discurso do governo, o problema é o que isso significa. Para Portugal crescer com sustentabilidade, precisava de fazer um ajustamento. Não conheço o modelo de crescimento económico de António Costa porque ele





não diz mais além da Europa nos dispensar do esforço de consolidação.

**Como resolver o problema do exército de excluídos, os desempregados, que são também uma bomba relógio capaz de motivar mudanças políticas como a da Grécia?**

É um problema fundamental da Europa. Em particular o facto de uma parte importante desse desemprego ser estrutural. Temos de apontar reformas estruturais que adaptem a economia portuguesa a outro tipo de actividades económicas ligadas à inovação e à qualificação. Mas o desemprego estrutural é difícil de combater e exige medidas de apoio social. As verbas do próximo quadro comunitário triplicam na área da inclusão social. É também muito importante que a nível europeu exista maior integração económica e mobilidade da população.

**Quem convidava para jantar em sua casa, o ministro das finanças grego ou o alemão?**

Gosto de jantar com mais do que uma pessoa, se calhar convidava os dois. Acho que seria um jantar particularmente interessante. Não sei qual seria a língua. Faria moussaka de entrada e um schnitzel como prato principal.

**Veio do meio académico para substituir uma figura política forte [Miguel Relvas] e com a incumbência da coordenação política que começou torta (com os briefings) e se tomou inexistente. O que falhou?**

Esse tipo de discussões assumem uma grande importância para um núcleo muito reduzido de pessoas que se interessa pela parte lúdica da política. Para os cidadãos é mais importante a parte da coordenação das políticas públicas e não lhe damos suficiente importância. Cada vez mais se exige um governo integrado. É mais relevante para o país do que as questões em que se fala de coordenação política, que eu nem sei exactamente a que é que se querem referir.

**Quando o chamaram para o governo certamente explicaram-lhe o que se pretendia. Chegou, aliás, com um plano definido, de briefings diários.**

O governo tem um conjunto e um núcleo de ministros que discutem a mensagem política entre o governo, tem mecanismos de circulação relativamente às diferentes questões políticas e penso que isso tem corrido globalmente bem. Naquilo que é fundamental este governo tem tido uma grande coesão e a própria coligação tem conseguido algo que nunca aconteceu em Portugal: vai cumprir uma legislatura completa num contexto particularmente difícil.

**É difícil para um académico afirmar o seu plano no meio político?**

Enquanto estou na política sou político, mas com uma experiência diferente de outras pessoas que estão na política. Não gosto de pessoas que dizem que não são políticos quando estão na política. Temos de assumir a responsabilidade inerente ao exercício da função política e a dignidade que isso comporta. É quem vem de fora tem de ajudar a valorizar a política, assumindo que aquilo que está a fazer é política. Agora, trago para a política a minha experiência e mais-valias pessoais. Se calhar é por isso que valorizo mais uma função de valorização de políticas públicas.

**O seu livro teve por título “Crónicas de um peixe fora de água”. O país não estava preparado para o ver colocar a discussão política na dimensão em que a quis colocar?**

Quando aceitei estas funções, pensei no que mais gostaria de contribuir em três áreas concretas. A oportunidade de, com os fundos europeus, ter um impacto estrutural no país nos próximos sete anos. Depois empreender reformas estruturais em alguns domínios e o terceiro era contribuir para uma cultura e debate político diferente. Em parte tenho conseguido algum sucesso, noutra parte não. Gostava de uma cultura política que valorizasse mais o compromisso do que o conflito. A democracia necessita de ambos. Porque é que fazer compromisso com quem está no governo há-de ter um custo político para a outra parte? Devia ser visto como algo positivo.

**Estando aqui há algum tempo, não tem praticamente nada seu neste gabinete. Quando vê que algumas coisas que faz e executa não têm multiplicação nos seus efeitos apetece-lhe desistir?**

Não, nunca me passou pela cabeça. O que há é uma noção clara de que o exercício de funções políticas deve ser sempre visto como algo temporário. Estou aqui durante o período deste mandato para fazer aquilo que mais pode contribuir para o país, mas com a clara ideia de que a qualquer momento posso sair e que no final da legislatura terminarei as minhas funções.

**E nessa altura terminará também a sua experiência política?**

Há certas decisões que entendo que só devem ser tomadas no tempo próprio, por isso nunca antecipo o que vou decidir. Não sei o que acontecerá relativamente ao meu futuro político, e nunca falei com o primeiro-ministro sobre isso, o que também é muito relevante. Sei que tenho uma vida além da política à qual posso regressar. Tenho a minha mobília toda ainda em Florença, por exemplo, por isso poderei regressar a essa vida, tal como poderei ficar na vida política. No tempo certo decidirei. Uma coisa é certa: estarei nas próximas eleições a apoiar o primeiro-ministro e o governo que eu acho que vai ver recompensado pelo trabalho que fez.

**Já ouvi de um dirigente do PSD que é o homem preferido pelo Presidente da República para ser líder do PSD se as coisas correrem mal...**

[Ri-se] Não vou comentar como imagina.

**Registo o sorriso...**

Eu estou sempre a sorrir! Não diga isso que as pessoas vão julgar que é uma coisa extraordinária quando eu tenho estado a sorrir.

**Fala na dificuldade de compromisso entre os dois maiores partidos. Vê como necessário um entendimento com o PS num cenário pós-eleitoral?**

Todos os agentes políticos têm de estar sempre disponíveis para compromissos em matérias fundamentais para o país. Mas era antes das eleições que esses compromissos deviam ser feitos, para os portugueses saberem onde reside realmente a alternativa. As eleições seriam sobre a margem de escolha para além do que é comum.

**Isso está difícil de fazer dentro da própria maioria, tendo em conta que ainda nem se sabe se vai ser feita uma coligação pré-eleitoral.**

A existência de um acordo eleitoral é diferente da existência de qualquer divergência na maioria quanto a aspectos fundamentais de governação e de políticas fundamentais para o país. Aí tem havido acordo, ainda que com sensibilidades diferentes. Quando as decisões são tomadas pelo governo no seu todo, ambos os partidos assumem essas decisões. A avaliação da coligação tem de ser vista com muito sucesso.

**Não falta estabilidade nos cargos dirigentes? Quando há uma mudança política, há mudanças nas chefias, desde a paróquia à grande empresa.**

Há dois modelos de funcionamento das administrações pública e na sua relação com o poder político. Um em que entra um novo poder e todos os cargos de topo mudam, como nos EUA. Outro modelo é aquele em que a administração pública tem continuidade, independentemente do poder político. Portugal durante anos teve um modelo híbrido. Este governo deu passos importantes no sentido de uma Administração Pública mais meritocrática. Podemos reforçar ainda mais. A Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, por exemplo, poderia ter mais recursos para avaliar os nomeados e ter papel mais proactivo na procura de candidatos.

**Já recusou cunhas do partido?**

Escolho as pessoas mais competentes. Toda a informação que recebo relativamente a candidaturas é relevante na medida em que me diga alguma coisa da qualidade da pessoa em causa para desempenhar determinadas funções. No meu caso, na RTP até criei um órgão independente para escolher as pessoas.

**Então... ou recusou cunhas ou então sabem que não é permeável.**

Escolho as melhores pessoas.

**Tem alguma relação com António Costa? Tiveram um confronto público aceso sobre fundos comunitários.**

Não tenho uma relação próxima. Encontrei-o algumas vezes e falei com cordialidade. Em relação aos fundos europeus, ele disse algo manifestamente errado e apesar de corrigido insisti no erro. Portugal é o país com melhor taxa de execução de fundos na União Europeia.

**Sente a pressão eleitoral quando tem um envelope financeiro como o dos fundos comunitários na mão?**

Não, sinto a pressão do país e a necessidade de colocarmos investimento na nossa economia para acelerar a recuperação económica que iniciámos e a pressão que resulta de não podermos cometer os erros que cometemos no passado. Temos de agir depressa e bem. Apesar de termos a melhor taxa de execução, a minha obsessão



é que os fundos sejam bem empregues. É por isso que passámos a orientá-los para os resultados.

**Ligados aos resultados e não aos sonhos.**

No passado não era sequer ligado aos sonhos, mas a executar a obra independentemente da qualidade do investimento. O melhor incentivo que podemos dar a investimentos com qualidade é fazer depender o montante que pagamos dos resultados obtidos.

**Insistindo, tendo em conta que é o homem do dinheiro, quando se preparam eleições e se tenta criar uma ideia de esperança, está disponível para criá-la com o dinheiro que tem?**

Mais do que esperança, o país precisa de optimismo, mas isso não se cria artificialmente. É resultado do esforço que os portugueses fizeram e começa a ter consequências ao nível do crescimento económico, da queda do desemprego e da recuperação do rendimento. Os fundos não são nem podem ser concebidos como um instrumento para ganhar eleições. O que é relevante nas próximas eleições é que o país vai ter uma escolha clara entre dois modelos e o deste governo assenta num crescimento sustentável, de uma economia cada vez mais exportadora e competitiva e também numa concepção do Estado que exige instituições fortes, mas que não deve ser confundido com um governo interventivo.

**Dois anos do poder não o afastaram de uma ideia liberal.**

Eu sou politicamente liberal. Não tem nada a ver com ser neo-liberal e com a relação entre Estado e mercado. Alguém que é politicamente liberal critica o poder excessivo do Estado, que se traduz na intervenção de um governo que beneficia uns contra outros. Nesse sentido, sim, não alterei a minha posição. Se o governo intervier um dia para garantir que determinada empresa não é controlada pelo grupo económico x, mas pelo y, na se-

mana seguinte esse grupo y vai pedir ao governo favores por troca. Esse tipo de promiscuidade foi extremamente negativa para o país.

**É uma crítica directa a José Sócrates?**

É uma crítica à forma como a política em Portugal foi entendida. Infelizmente uma classe política em Portugal, muito presente no nosso espaço público, que continua a confundir o interesse público com o interesse do governo. Mesmo nas reacções à decisão de criar um Conselho Geral Independente (CGI) na RTP existe essa confusão.

**Nem isso, no caso da RTP, evitou aquela lógica de: um novo ministro da tutela, um novo tumulto na RTP. O que correu mal?**

Nada correu mal. Se a Assembleia da República decidiu mudar, por proposta do governo, o modelo de gestão da RTP, isso implica uma mudança. Dependeria da decisão da nova entidade com poder sobre a RTP, o CGI, ver se se sentiria confortável com a visão de serviço público daquele conselho de administração. Não foi isso que aconteceu e a mudança ocorreu. Não é um tumulto, é uma mudança.

**Alberto da Ponte saiu a falar de si como um “erro de casting” deste governo. Saiu a bem?**

Não está à espera que eu comente essas afirmações, pois não? Não vou sequer comentar.

**É uma vantagem para o governo ter Nuno Artur Silva, um homem à esquerda, como responsável pela administração dos conteúdos?**

Todos estamos a aprender a funcionar com o novo modelo e qualquer posição que o governo assuma sobre os membros do conselho de administração pode ter imediatamente leituras de que o governo está a pressionar.

**Se um dia Nuno Artur Silva disser que o senhor é um erro de casting, terá mais propriedade para o dizer porque é um argumentista...**

[Risos] As pessoas que escrevem ficção têm muita liberdade para dizer o que quiserem.

**O que leva de pior e melhor daqui?**

Gostaria de ter sido mais eficaz a contribuir para uma política diferente em Portugal. Mas quando cheguei ao governo confirmei que vivemos um desafio muito grande em termos de comunicação política no espaço mediático. Gostava de ter sido mais eficaz no contributo para um espaço público ainda mais informático. Aí não saio totalmente satisfeito. Saio muito satisfeito com as reformas estruturais que temos vindo a empreender. Mas não é ainda tempo para avaliação do mandato, a preocupação fundamental é continuar a reformar.

**O país vai reconhecer esse trabalho?**

Acho que vai. O país vai fazer a escolha entre os dois modelos: de crescimento sustentável com uma cultura de governo diferente e de um modelo de insustentabilidade assente no endividamento e onde as fronteiras entre a política e outros interesses frequentemente não existiam.

**Como definiria o poder agora que o conhece por dentro?**

Uma oportunidade que deve ser usada com prudência e bom senso.

**E se pudesse sair daqui para fora rapidamente para a sua Florença onde ia almoçar?**

Provavelmente almoçava com amigos e cozinhava eu. Um misto de cozinha italiana e portuguesa. Sei cozinhar e gosto muito.

# Cidadãos vão aderir à redução de consumo de sacos de plástico

O ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, afirmou estar optimista relativamente à reacção dos portugueses quanto ao objectivo de reduzir o consumo de sacos de plástico, através do pagamento de uma contribuição. Jorge Moreira da Silva falava aos jornalistas no aterro da Amarsul, na Moita, a propósito da entrada em vigor, no domingo, da lei que obriga ao pagamento de uma contribuição de oito cêntimos acrescidos de dois cêntimos de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) pelos sacos de plástico "leves".

O ministro referiu que a fiscalização do cumprimento desta regra pelos comerciantes será feita pelas entidades competentes, nomeadamente Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), podendo as multas ir até 35 mil euros.

A medida, integrada na Fiscalidade Verde, baseia-se na experiência de outros países e pretende reduzir o consumo de sacos de plástico "leves", um poluente que afecta o ambiente, principalmente o mar, prejudicando a biodiversidade e o homem, por exemplo, através do peixe. "A avaliação que devemos fazer destes dias e da preparação no sector da restauração, hotelaria, turismo e distribuição leva-me a ter um grande optimismo quanto à aplicação da lei", referiu Jorge Moreira da Silva, acrescentando que estas unidades foram encontrando alternativas de produtos mais sustentáveis e económicos.

No entanto, para aqueles que não cumprirem, estão previstas multas que podem ir até 35 mil euros. "Haverá obviamente uma fiscalização, que está prevista na lei, no quadro da Autoridade Tributária, da Inspeção Geral do Ambiente e da APA [Agência Portuguesa do Ambiente], para assegurar que as regras se aplicam em todas as superfícies, em todos os estabelecimentos", garantiu.

Dos estudos efectuados, verificou-se, por exemplo, na Irlanda, onde a contribuição chegou a ser de 22 cêntimos, ou na Dinamarca, que "somente quando os consumidores pagam uma taxa com um valor significativo houve verdadeiramente uma redução do consumo de sacos de plástico leves", explicou o governante.

O ministro apontou o "triplo benefício" desta contribuição: criar condições para que se utilizem menos sacos de plástico "leves", reduzindo dos atuais 466 por habitante, por ano, para 50 este ano e 35 em 2016, e substituir o seu uso por sacos reutilizáveis, que "se compram uma vez e duram uma vida".

A terceira vantagem é que, em vez dos sacos "leves" para depositar o lixo no contentor, se passem a utilizar os sacos "mais próprios" para este fim e que, na sua maioria, têm um preço inferior a oito cêntimos.

"Aquilo que esperamos a partir de dia 15 não é que os portugueses paguem o imposto, mas sim que cada um de nós, quando vamos ao supermercado, em vez de pagar a taxa, substitua esse pagamento pelo transporte das compras em sacos reutilizáveis, levados de casa", resumiu.

O ministro salientou que, quando os portugueses "passam a ter este incentivo para uma mudança de comportamentos, [é útil] a noção de que toda a receita será alocada a outros benefícios ambientais, mas principalmente à descida do IRS das famílias".

Tendo como pano de fundo uma lixeira, onde chegavam camiões com lixo indiferenciado, o ministro chamou a atenção para a forte presença de resíduos de plástico, especialmente de sacos, e realçou que os leves são usados, em média, 25 minutos, mas os seus pedaços permanecem na natureza quase 300 anos, com "efeitos devastadores" sobre a biodiversidade. "Os portugueses são recordistas na utilização de saco de plástico 'leves'", por isso, Portugal "tem muito mais a fazer que a generalidade dos países europeus", recordou Jorge Moreira da Silva.

Ao aterro da Amarsul, na Moita, que recebe lixo de seis municípios, chegam 500 toneladas de lixo por dia, do qual 11 por cento é plástico e 6 por cento, sacos de plástico.



## Grécia tem sido apoiada pela Europa



O ministro da Defesa considera que a solidariedade de Portugal com a Grécia tem sido inquestionável e que se traduz nos apoios financeiros, mas advertiu que o governo de Atenas tem "de fazer o trabalho de casa". As posições de José Pedro Aguiar-Branco foram proferidas em declarações aos jornalistas no final da sessão solene de abertura das comemorações dos 150 anos da Cruz Vermelha Portuguesa, na reitoria da Universidade Nova de Lisboa. "Eu espero que a Grécia se mantenha na União Europeia e no euro, todos nós desejamos, e que faça o trabalho de casa fundamental para esse efeito", afirmou o governante português, a propósito das negociações entre o novo governo grego e as instituições europeias e da sua primeira participação no Eurogrupo e no Conselho Europeu.

Aguiar-Branco defendeu que a solidariedade de Portugal com a Grécia "é absolutamente inquestionável", mas que a comparação entre os dois países "não faz sentido". "Quer mais solidariedade do que o dos portugueses terem participado nos apoios financeiros que foram dados à Grécia? O espírito europeu é isso, Portugal contribuiu com solidariedade", afirmou.

Neste ponto, o ministro da Defesa lembrou que a Grécia foi "objecto de um perdão de dívida que custou ao erário público e a todos os portugueses cerca de 420 milhões de euros". "Esse dinheiro não é nem do PS, nem do Bloco de Esquerda, nem do Governo, é dinheiro dos portugueses, de todos nós, se há quem tenha dado manifestações de solidariedade foi o povo português", alegou.

José Pedro Aguiar-Branco aproveitou ainda para distinguir a situação portu-

guesa e irlandesa da grega e que esses dois casos mostram que é possível cumprir os programas negociados com a 'troika'.

"Lembro que Portugal teve um apoio financeiro e saiu desse programa de resgate, a 'troika' já não está em Portugal desde maio de 2014, a Irlanda também teve um apoio e saiu do programa com a chamada saída limpa, por isso é possível fazê-lo", assinalou. "Acho que quando falamos da Grécia falamos de quem tem de fazer o trabalho de casa, como Portugal e a Irlanda fizeram", reforçou.

O ministro da Defesa considerou ainda que Portugal foi solidário "porque cumpriu o trabalho de casa de modo a poder pagar aquilo que também recebeu". "O espírito de solidariedade dos portugueses é absolutamente inquestionável", afirmou.

PS "já mudou mais vezes de opinião" do que a Grécia sobre a dívida

O ministro da Defesa referiu também que o PS "já mudou mais vezes de opinião" sobre o novo governo grego do que este relativamente à renegociação da dívida e pediu uma clarificação. "Quem tem mudado de opinião em relação ao Syriza tem sido o secretário-geral do PS, António Costa, que quando foi a vitória do Syriza disse que isso era um sinal de optimismo e esperança e depois, quando houve um recuo [de Atenas] no que diz respeito às medidas de austeridade disse que era realismo", disse José Pedro Aguiar-Branco.

# Mais transparência no financiamento dos “media”



O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, defende uma maior transparência sobre os titulares dos meios de comunicação social e o seu financiamento. Poiars Maduro, que falava na comissão parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, dia 11, assinalou que o projecto-lei do Partido Socialista, relativo à transparência da propriedade dos órgãos de comunicação social “é meritório e caminha na direcção certa”, mas é “pouco ambicioso nas soluções que comporta”.

Poiars Maduro justificou a sua posição com a não inclusão, por parte dos socialistas, de “matéria do financiamento dos órgãos de comunicação social, que representa, a par da titularidade, a verdadeira pedra de toque de um regime legal que pretenda assegurar a transparência na comunicação social”.

“Entendemos que o regime legal da transparência da comunicação social deve incluir disposições sobre as obrigações de informação relativamente à titularidade, incluindo por conta própria, por conta de outrem, ou como mero usufrutuário, do capital social das entidades que exerçam actividades de comunicação social e, bem assim, aos meios de financiamento de tais entidades”, afirmou. “Este é verdadeiramente um aspecto essencial, sem o qual o regime legal fica necessariamente incompleto”, sustentou.

Poiars Maduro defendeu que na informação a prestar pelos meios de comunicação social à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) deve ser incluída a relação das pessoas, singulares ou colectiva que, directa ou indirectamente, “tenham contribuído com, pelo menos, 10 por cento ou mais dos créditos totais num exercício” ou que “tenham contribuído com doações, subsídios ou apoios similares, equivalentes a uma certa percentagem dos rendimentos totais”, como 20 por cento por exemplo.

Além disso, defendeu que no caso das empresas de comunicação social com um passivo superior, por exemplo, a 150 por cento dos rendimentos totais, deve ser incluída “a relação das entidades que sejam titulares de 10 por cento ou mais dos créditos por fornecimento de bens e serviços, e as que sejam titulares de 10 por cento ou mais do passivo”. “Entendemos, portanto, que tão importante como a titularidade (ou propriedade) dos meios de comunicação social é conhecer quem, de facto,



os financia”, afirmou.

O ministro considerou que se deve agir de “forma proporcional e não criar um volume burocrático manifestamente excessivo” para os meios de comunicação social. Por isso, a obrigação de prestar aquelas informações incidirá “apenas sobre aquelas pessoas ou entidades que já estejam obrigadas por lei a manter uma contabilidade organizada”.

Para o governante, “é igualmente relevante assegurar a maior transparência quanto ao modelo societário de governação das entidades que exercem a actividade de comunicação social”, pelo que, a par da titularidade e dos meios de financiamento das entidades, “também é fundamental que elas elaborem um relatório anual com informação verídica, completa, objectiva e actual sobre as estruturas e práticas de governo adoptadas”.

Poiars Maduro apelou a um consenso de todas as bancadas parlamentares sobre esta matéria, considerando que isso contribuirá para o “fortalecimento da independência e credibilização da comunicação social”.

Sobre as campanhas institucionais do Estado, o ministro defendeu que estas devem garantir a mais vasta cobertura dos seus públicos-alvo e um tratamento não discriminatório em todos os ‘media’.

O projecto-lei do Governo sobre esta matéria tem como novidade que “as campanhas publicitárias promovidas pelas empresas públicas passam a estar sujeitas aos deveres da transparência e reporte, assim como ao cumprimento das métricas de distribuição pela imprensa local e regional”.

O documento prevê também que nenhum pagamento de campanhas de publicidade institucional possa ser realizado sem que a respectiva despesa esteja registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e sem que sejam respeitados os deveres de transparência e distribuição mais eficazes.

## Acrescentar valor a actividades económicas tradicionais

No dia 14 de Fevereiro de 2015, o ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional esteve em Miranda do Corvo, destacando a necessidade de acrescentar valor a actividades económicas tradicionais. No final da inauguração de uma queijaria na Quinta da Madre D’Água, Poiars Maduro sublinhou que vão ser “canalizados muitos fundos para conseguir potenciar economicamente territórios do interior”. “Essa potenciação económica é que vai trazer crescimento, emprego e melhor qualidade de vida para as populações”.

Além da aposta na competitividade que valorize os recursos existentes em territórios do interior do país, o representante do Governo sublinhou ainda que pretendem levar a cabo uma diferenciação positiva. “Vamos dar majorações a quem investir nos territórios do interior, nos territórios de baixa densidade. Desde logo, no domínio dos projectos de inovação empresarial e de qualificação empresarial, vamos apoiar de forma reforçada em mais 10 por cento os investimentos que tiverem lugar nestes territórios de baixa densidade”.

Na sua opinião, essa diferenciação positiva “é o reconhecimento da importância de promover a coesão territorial” e “é para isso que os fundos europeus sobretudo devem servir”. O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional recordou ainda que os territórios do interior do país perderam relevância nas últimas décadas e que é imprescindível inverter este fenómeno.

# Reembolso antecipado ao FMI é “mais um sinal positivo”

A ministra das Finanças esclareceu, em Bruxelas, que o Eurogrupo decidiu, de forma unânime, que “o contexto adequado” para prosseguir discussões com a Grécia é “uma extensão do programa”, e que não haverá mais conversações sem que tal suceda. “A questão é que o diálogo (entre a Grécia e os seus 18 parceiros da zona euro) deve ser feito num determinado enquadramento, e a posição unânime do Eurogrupo foi que o enquadramento adequado é uma extensão do programa (...). Não há mais discussões sem recebermos pedido” por parte das autoridades gregas, indicou Maria Luís Albuquerque, no final de uma reunião do Eurogrupo, dia 16.

Segundo a ministra, “aquilo que as autoridades gregas pretendem é ter um diálogo, aparentemente, relativamente àquilo que podem ser mudanças no contexto do programa, mas cabe às autoridades gregas fazer o pedido que crie condições para que esse diálogo possa ser levado por diante”. Maria Luís Albuquerque confirmou que “foi falada a possibilidade de haver uma (nova)



reunião (do Eurogrupo) na sexta-feira”, mas realçou que a mesma está “dependente de o pedido (de extensão do programa) ser recebido e avaliado pelas instituições. “Só será convocada se efectivamente se receber o pedido das autoridades gregas e se a avaliação desse pedido for de tal forma que justifique a marcação de outra reunião esta semana”, apontou.

Sublinhando repetidamente que as discussões se focaram no “enquadramento adequado” para as mesmas terem lugar, a ministra realçou que “existe um programa em curso, o governo grego diz que precisa de tempo para ter esta discussão, e, da mesma maneira que quando foi a passagem do primeiro para o segundo programa, esse tempo decorreu em paralelo com o primeiro programa, aquilo que o Eurogrupo entende é que o enquadramento adequado para que se possa levar esta discussão mais para a frente” é a extensão do actual programa. “Houve 18 países no Eurogrupo e três instituições que unanimemente tomaram a mesma posição”, enfatizou, acrescentando que “o pedido naturalmente tem que vir das autoridades gregas, porque só as autoridades gregas é que podem tomar essa decisão”.

Maria Luís Albuquerque assegurou que nunca se discutiu até ao momento um cenário de uma saída da Grécia do espaço monetário único.

A ministra das Finanças considerou também que o pagamento antecipado do empréstimo do Fundo Monetário Internacional, que mereceu em Bruxelas o “apoio político unânime” do Eurogrupo, é “mais um

sinal positivo dos progressos” de Portugal. Apontando que este reembolso é “compensador” ao comparar as taxas de juro (do empréstimo do FMI) com as taxas de mercado, a ministra sublinhou que o “trabalho técnico reconhece que há vantagens evidentes para Portugal” em proceder ao pagamento antecipado do empréstimo contraído junto desta instituição da ‘troika’, “que melhora inclusivamente a sustentabilidade da dívida e protege interesses dos restantes credores”.

Questionada sobre se o pagamento antecipado do empréstimo do FMI reforça a ideia de afastar Portugal do exemplo grego, a ministra respondeu que o progresso realizado por Portugal “afirma-se pelos seus próprios méritos, não precisa de se afirmar por comparação com ninguém”. “É a situação do país que está hoje objectivamente melhor do que estava há alguns anos, e foi um percurso difícil para chegar até aqui, naturalmente”, declarou.

Questionada sobre a possibilidade de a situação económica de Portugal evoluir de forma tão positiva que permita pensar num reembolso antecipado também aos outros credores (europeus), a ministra realçou que a “vantagem comparativa” a nível das taxas de juro pagas é “com o FMI”. “Difícilmente as condições do mercado poderão ser mais favoráveis que as condições das outras instituições, que essencialmente nos passam um financiamento equivalente a ‘rating’ de triplo A”, apontou, acrescentando com um sorriso: “E nós somos ambiciosos e otimistas, mas melhor do que isso é capaz de demorar ainda algum tempo a conseguir”.

Relativamente à poupança que poderá representar para Portugal o reembolso antecipado ao FMI, a ministra remeteu esclarecimentos mais técnicos para a secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo Branco, que explicou que “não é possível neste momento dar indicação concreta das poupanças que são possíveis”, pois tal depende das condições de mercado, acrescentando todavia que é convicção do Governo que estas tornar-se-ão progressivamente cada vez mais favoráveis. “Aquilo que vai acontecer é que, ao longo dos próximos dois anos, quase três, vamos substituir este financiamento por outro financiamento de mercado, aproveitando e usufruindo de taxas que acreditamos que vão ser mais baixas”, disse, manifestando-se convicta de que “os ‘spreads’ de risco da dívida portuguesa tenderão a descer”.

O presidente do Eurogrupo, Jeoren Dijsselbloem, anunciou que os ministros das Finanças da zona euro aceitaram que Portugal reembolse antecipadamente parte do empréstimo contraído junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), no quadro do seu programa de assistência. De acordo com Dijsselbloem, a proposta de Portugal para o reembolso antecipado de parte da sua dívida ao FMI mostra “o quanto depressa um país consegue recuperar” de um programa de ajuda externa, a exemplo do que tinha já acontecido com a Irlanda. “É um sinal claro da confiança renovada que os mercados têm em Portugal”, sublinhou, por seu lado, o comissário europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Pierre Moscovici.

## Exército receberá 194 viaturas tácticas

O Exército Português vai adquirir nos próximos anos 194 viaturas tácticas ligeiras (4x4) e iniciar a renovação da arma ligeira a partir de 2017, substituindo cerca de 11 mil metralhadoras G-3, afirmaram à Lusa fontes parlamentares. Segundo as mesmas fontes, na audição à porta fechada desta manhã no parlamento, o chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) disse que o ramo ainda tem a receber cerca de 20 viaturas blindadas de oito rodas Pandur, de um total de duzentas. A renegociação levada a cabo pelo Ministério da Defesa com o fabricante austríaco Steyr reduziu a aquisição de Pandur de 260 para 200, tendo sido eliminadas deste pacote as quarenta viaturas anfíbias previstas para a Marinha. O comandante do Exército revelou também que no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) deverão ser compradas quase duas centenas (194) viaturas tácticas ligeiras, uma lacuna há muito identificada pelo ramo, principalmente em teatros de operações. Na missão militar no Afeganistão, Portugal recorreu por diversas vezes a acordos de empréstimo de viaturas 4x4 a países como os Estados Unidos da América ou a Espanha. Na audição na Assembleia da República, o CEME referiu que a renovação da histórica metralhadora G-3, arma utilizada pelas Forças Armadas portuguesas desde a década de 1960, deverá começar em 2017, com a substituição de cerca de 11 mil unidades.

# Conselho e Ministros de 12 de Fevereiro

1. O Conselho de Ministros aprovou o novo regime do Fundo de Garantia Salarial, que respeita à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador, congregando num único diploma matéria que se encontrava dispersa.

O novo regime transpõe uma directiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre a protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador.

Da mesma forma, o Fundo é adaptado ao Programa Revitalizar para garantir que os créditos dos trabalhadores em empresas alocadas ao Processo Especial de Revitalização (PER) e ao Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) têm acesso ao Fundo de Garantia Salarial.

O Fundo passa a assegurar o pagamento dos créditos que lhe sejam requeridos até um ano a partir do dia seguinte àquele em que cessou o contrato de trabalho, promovendo uma lógica de estabilidade temporal e de segurança jurídica.

Adicionalmente, procede-se à articulação entre o regime do Fundo de Garantia Social e os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.

Finalmente, é criada uma norma anti-abuso que determina a recusa do pagamento nos casos fraudulentos, nomeadamente conluio ou simulação.

2. O Conselho de Ministros aprovou o diploma que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade, no âmbito dos serviços aéreos, aos passageiros residentes na Região Autónoma dos Açores, residentes equiparados e estudantes, utilizadores dos serviços aéreos regulares entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira.

O auxílio social é de valor variável, por viagem entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, e a sua atribuição é feita "a posteriori", directamente aos beneficiários.

O valor do auxílio social de mobilidade será definido por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do transporte aéreo,

após audição prévia dos órgãos do Governo da Região Autónoma dos Açores.

O auxílio é criado no âmbito da revisão do modelo das referidas ligações aéreas, prevendo-se, ainda a liberalização dos serviços aéreos regulares nas rotas Lisboa-Ponta Delgada-Lisboa, Lisboa-Terceira-Lisboa, Porto-Ponta Delgada-Porto e Porto-Terceira-Porto.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que define as formas de protecção do nome, imagem e actividades desenvolvidas pelas federações desportivas, bem como o respectivo regime contra-ordenacional.

Fica estabelecida a protecção, no âmbito desportivo, das denominações «Federação Portuguesa», «Federação Nacional» e «Federação ... de Portugal», ou outra equivalente, as quais, apenas podem ser utilizadas por federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva.

O diploma agora aprovado confere ainda protecção à imagem das federações desportivas, nomeadamente no que respeita às respectivas expressões, siglas, insígnias, marcas e logótipos.

A realização de provas que, cumulativamente, contem com a participação de atletas federados e atribuem prémios de valor superior a 100 euros, fica dependente de parecer favorável vinculativo da Federação respectiva, assim se assegurando a segurança e a saúde públicas.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração aos regimes jurídicos da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM), da GNR e aos agentes da PSP (SAD).

Trata-se de uma alteração que vem permitir aos cônjuges ou unidos de facto dos beneficiários, titulares dos subsistemas ADM e SAD, a inscrição voluntária nesses mesmos subsistemas, mediante o pagamento de uma contribuição.

Esta medida aplica-se aos cônjuges ou unidos de facto, dos beneficiários titulares dos referidos subsistemas, que não possuam vínculo de emprego público e que não sejam beneficiários titulares ou familiares deste ou de outro subsistema público de assistência na doença, nem tenham anteriormente renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de

assistência na doença.

5. O Conselho de Ministros aprovou a criação da carreira de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças.

São ainda aprovados os mecanismos de transição, para esta nova carreira, para os trabalhadores integrados na carreira geral de técnico superior e pertencentes aos mapas de pessoal do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), da Direcção-Geral do Orçamento e da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de actividades anteriormente cometidas aos governos civis, de forma a agilizar os procedimentos burocráticos para a realização de acampamentos pelas organizações de jovens escutistas e guidistas, que passam a depender de autorização do proprietário e comunicação prévia à autarquia e às autoridades de saúde e de segurança.

Cabem neste âmbito as organizações nacionais reconhecidas pela World Association of Girl Guides and Girl Scouts e pela World Organization of the Scout Movement, que realizam anualmente centenas de milhares de actividades ao ar livre, entre as quais acampamentos, mobilizando milhares de jovens.

7. O Conselho de Ministros aprovou a revisão e redefinição da classificação da Anta Grande do Zambujeiro de Valverde, na Herdade do Sobralinho e Anexas, no concelho e distrito de Évora.

A Anta Grande do Zambujeiro de Valverde é monumento nacional e toda a área classificada é considerada zona "non aedificandi", à excepção de intervenções de investigação ou de conservação.

8. O Conselho de Ministros aprovou a recondução dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

## Crescimento anual positivo do PIB, pela primeira vez desde 2010

De acordo com a estimativa divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, Portugal registou um crescimento anual positivo do PIB, pela primeira vez desde 2010. Para o conjunto do ano 2014, o PIB registou um aumento de 0,9 por cento em volume, após uma diminuição de 1,4 por cento em 2013, em resultado da recuperação da procura interna. (Estimativa do governo apontavam para crescimento de 1 por cento em 2014). O Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 0,7 por cento em volume no 4.º trimestre de 2014 (1,1 por cento no 3.º trimestre). Isto significa que os últimos três meses do ano foram de crescimento mais lento do que o registado na totalidade de 2014. Comparativamente com o trimestre anterior, o PIB aumentou 0,5 por cento em termos reais (variação de 0,3 por cento no 3.º trimestre), traduzindo o contributo positivo da procura externa líquida. O INE, que não apresenta ainda neste relatório os dados das diversas componentes do PIB, explica que esta evolução no quarto trimestre "foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no trimestre anterior, reflectindo a desaceleração do consumo privado". Pela positiva, destaca o facto de a procura externa líquida (exportações menos importações) ter registado "um contributo ligeiramente menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das exportações de bens e serviços".

## Portugal paga a taxa mais baixa de sempre em emissão de dívida a 10 anos

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) colocou no mercado 1,25 mil milhões de euros em obrigações do Tesouro (OT) a dez anos, o valor mais elevado do montante indicativo entre mil e 1,25 mil milhões de euros que tinha sido anunciado, numa operação realizada num contexto em que o futuro da Grécia continua a preocupar os investidores.

Nesta operação, o Tesouro português pagou uma taxa de juro de 2,5062 por cento, sendo que, na última operação semelhante, em Novembro, Portugal pagou uma taxa de juro de 3,1766 por cento. Esta foi, assim, a taxa mais baixa de sempre. Esta emissão surge depois de Portugal ter realizado, a 13 de Janeiro, duas emissões de OT a 10 e 30 anos, com a ajuda de um sindicato bancário. Nessas operações, pagou uma taxa de juro de 2,92 por cento na maturidade mais curta e 4,131 por cento na linha a 30 anos.

A procura demonstrada pelos investidores nesta dupla operação superou em 1,88 vezes a oferta total, ligeiramente abaixo da procura registada na última operação que ascendeu então a 2,07 vezes a oferta. Além de Portugal, outros países foram no dia 11, ao mercado, como a Alemanha, Itália e Grécia.

No mercado secundário, os juros exigidos pelos investidores para apostarem na dívida pública portuguesa seguem em queda na maioria dos prazos, à excepção da maturidade a três meses. Na dívida a dez anos, a "yield" recua 4,2 pontos-base para os 2,538 por cento.

# Pagamento antecipado ao FMI beneficia os contribuintes

O PSD congratulou-se com a antecipação do reembolso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) do empréstimo concedido no âmbito do acordo com a 'troika', considerando que a poupança de juros poderá vir a repercutir-se nos impostos. "Esta poupança que vamos conseguir é uma poupança positiva para os portugueses, 200 milhões de euros é muito dinheiro e vamos conseguir poupar esse dinheiro", afirmou o deputado do PSD Duarte Pacheco, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Fonte do ministério da Finanças confirmou à Lusa que o Governo português já enviou aos credores internacionais o plano de reembolso antecipado ao FMI, segundo o qual prevê devolver 14 mil milhões de euros ao longo de dois anos e meio. Num comentário a esta decisão do Governo, Duarte Pacheco lembrou que na altura da concessão do empréstimo, quando Portugal se estava a financiar a 7 por cento, a taxa de juro apresentada pelo FMI - entre os 3 e os 4 por cento - era "muito simpática". Contudo, continuou, hoje Portugal consegue financiar-se a 10 anos na casa dos 2 por cento, um valor muito abaixo da taxa de juro do FMI. "Essa poupança de juros significa que os portugueses no futuro irão pagar menos, porventura pode repercutir-se nos impostos que os portugueses pagam", sublinhou.

O deputado social-democrata destacou ainda o facto da antecipação do reembolso do empréstimo representar a reconquista da credibilidade externa do país. "Quando outros continuam com dificuldades em honrar os seus compromissos, o país não só honra os seus compromissos, como até antecipa os seus compromissos", notou, frisando a "imagem muito positiva" que Portugal e os portugueses transmitem.

Além disso, acrescentou, isto permite ao país "recuperar a independência" e ficar "mais cedo liberto da tutela do FMI", que até agora continuava a acompanhar a política orçamental interna.

A 21 de Janeiro, a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, já tinha anunciado no parlamento que Portugal vai proceder ao pagamento antecipado do empréstimo contraído ao FMI durante o resgate financeiro do país, uma vez que o Estado acumulou "um montante de reservas de liquidez muito significativo" que permite "enfrentar com muita tranquilidade" eventuais dificuldades futuras.



# "Governo confia nas capacidades do poder local"



"O debate sobre a Reforma do Estado e a descentralização de competência que decorreu, dia 13, foi a oportunidade que muitos ansiavam para discutir com sentido de responsabilidade um tema da maior importância para Portugal e para os portugueses". Foram estas as palavras iniciais de Emília Santos no encerramento do debate requerido pelo Governo.

A parlamentar afirmou que foi este Governo que teve a coragem de avançar com um projecto - ambicioso, flexível, faseado e amplamente participado - de aproximação do Estado ao Cidadão e o colocar já em prática. Contudo, lamenta a deputada, que o PS que vem fazendo um discurso descentralizador em vários momentos e que a defende a descentralização como uma "pedra angular" da Reforma do Estado, que em 2008 "descarregou" nos Municípios um conjunto de competências da Administração Central, e que deixou uma dívida de cerca de 72 milhões de euros do Ministério da Educação aos Municípios, "é o mesmo PS que não veio ao debate apresentar contributos ao modelo de descentralização, mas apenas tecer considerações quanto à forma e ao processo como essa deve ocorrer".

Sublinhando que ninguém tem dúvidas que precisamos de um Portugal mais Descentralizado, Emília Santos recordou que este Governo começou há largos meses a trabalhar o processo de descentralização. Mas agora, com a publicação do Decreto-lei que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades Intermunicipais, o Governo deu mais "um passo de gigante no processo de descentralização de competências no domínio das funções sociais: desenhou e aprovou um processo há muito reclamado pelos autarcas deste País, que sempre ansiaram o reforço do papel dos municípios em áreas essenciais para a po-

pulação, como a educação, a saúde, a segurança social e a cultura; desenhou e aprovou a delegação de competências em áreas onde as pessoas precisam de mais e melhores respostas e onde não temos a menor dúvida que a proximidade poderá fazer toda a diferença na melhoria e rapidez dos serviços públicos prestados; desenhou e aprovou a transferência de recursos financeiros e patrimoniais, melhor dizendo os recursos necessários à prestação do serviço público; e desenhou e aprovou um modelo de delegação de competências faseado e gradual, cuja adesão será livre e voluntária, e que resultou de uma ampla negociação com todos os parceiros envolvidos".

A terminar, Emília Santos declarou que o PSD não tem dúvidas que a descentralização de competências é um pilar da Reforma do Estado pelo qual vale a pena lutar. "É vale a pena lutar em nome da melhoria da qualidade do serviço público prestado, em respeito à autonomia do poder local democrático e em sinal de consideração por todas as entidades envolvidas no processo até à data. Um Governo que descentraliza é um Governo que acredita e confia nas capacidades do Poder Local e a credita e confia na construção de um país mais justo, mais solidário e mais equitativo".

# Parlamento aprova iniciativas de combate à violência doméstica

A Assembleia da República aprovou projectos de lei da maioria PSD/CDS-PP e do Bloco de Esquerda de combate à violência doméstica. O diploma da maioria foi aprovado por unanimidade e o projecto de lei do BE foi aprovado com a abstenção de PSD e CDS-PP. A iniciativa da maioria inclui uma alteração ao Código Penal, do chamado "regime de prova", que qualquer condenado por violência doméstica com pena suspensa passa obrigatoriamente a ter de submeter-se, uma medida que é acompanhada de medidas de protecção das vítimas e dos menores ou outras pessoas a cargo, se existirem. O objectivo é que "o condenado esteja durante o tempo de duração da suspensão da pena de prisão sob vigilância permanente dos serviços de reinserção social, a cumprir um plano de reinserção social e que, concomitantemente, a vítima beneficie de medidas de protecção, como a teleassistência". PSD e CDS-PP querem ainda que seja imediato o reencaminhamento das queixas pelos órgãos de polícia criminal ao Ministério Público e que seja introduzido um prazo de 48 horas para o Ministério Público convocar o suspeito, ponderar a aplicação de medidas de coacção e de protecção à vítima.

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

## Governar é preciso

A próxima tarefa do nosso partido, que o Prof. Cavaco Silva vai uma vez mais encabeçar, ao assumir o cargo de Primeiro-Ministro, para que foi proposto no último Conselho Nacional, na sequência da vitória nas eleições legislativas de 6 de Outubro, será de governar o País.

É certo que a preparação das eleições autárquicas exigirá, desde já, uma mobilização dos nossos militantes em cada concelho, em cada freguesia, pelo País fora. Trata-se de uma tarefa importante, que com a apresentação das candidaturas entrou numa nova fase.

É certo também que a aprovação do apoio a um candidato independente à Presidência da República — o Prof. Freitas do Amaral — implicará uma preparação adequada do nosso partido. Será entretanto uma tarefa a mais longo prazo.

Mas, para já, como salientou o Prof. Cavaco Silva, é a tarefa da governação a prioritária. Para ela devem convergir os esforços do PSD e dos que em seu nome a têm de executar.

Não é de modo nenhum por falta de vontade do nosso partido que o processo de nomeação e constituição do Governo é longo: têm de ser cumpridas todas as formalidades constitucionais. Pela parte do PSD tudo está a postos para exercer as responsabilidades do poder.

Como o Prof. Cavaco Silva tem defendido, o Governo que ele formará será um governo para todos os Portugueses. É pois da sua identificação com o interesse nacional que decorrerá antes de tudo a legitimidade e a força desse Governo, que sendo da iniciativa do partido mais votado nas eleições tem jus a que o deixem governar para bem o povo português.

O País quer de facto ser governado, e não desgovernado, como tem sido. Por isso não aceita que se prolongue um estado de insegurança, de incerteza, de indefinição, que não é propício a que os Portugueses trabalhem com empenhamento.

Numa palavra: governar é preciso, porque trabalhar é preciso.

Trabalhar a todos os níveis e em todos os domínios da sociedade civil e do Estado. Na vida económica como na vida administrativa. No sector público como no sector privado e cooperativo. Nas instituições sociais e culturais como nas instituições políticas.

O exemplo deve ser dado pelos representantes eleitos do povo. E ele há-de partir desde logo dos deputados sociais-democratas, como salientou o Prof. Cavaco Silva, prolongando-se nos futuros membros do Governo.

A vontade política firme do próximo Primeiro-Ministro imporá o rumo, o ritmo e a eficácia à governação. Com homens honestos, competentes, corajosos e decididos o Governo vencerá o desafio. E o PSD terá mais uma vitória que será mais uma vitória do Povo Português.

J.A.S.

## Cavaco Silva indigitado Primeiro-Ministro

O líder do PSD, prof. Cavaco Silva foi indigitado primeiro-ministro do novo governo e declarou que o executivo terá apenas 13 ministros.

À saída da reunião em Belém com o Presidente da República, Cavaco Silva disse que o seu governo poderá tomar posse no início da próxima semana. «Será o governo mais pequeno desde o 25 de Abril» acrescentou.

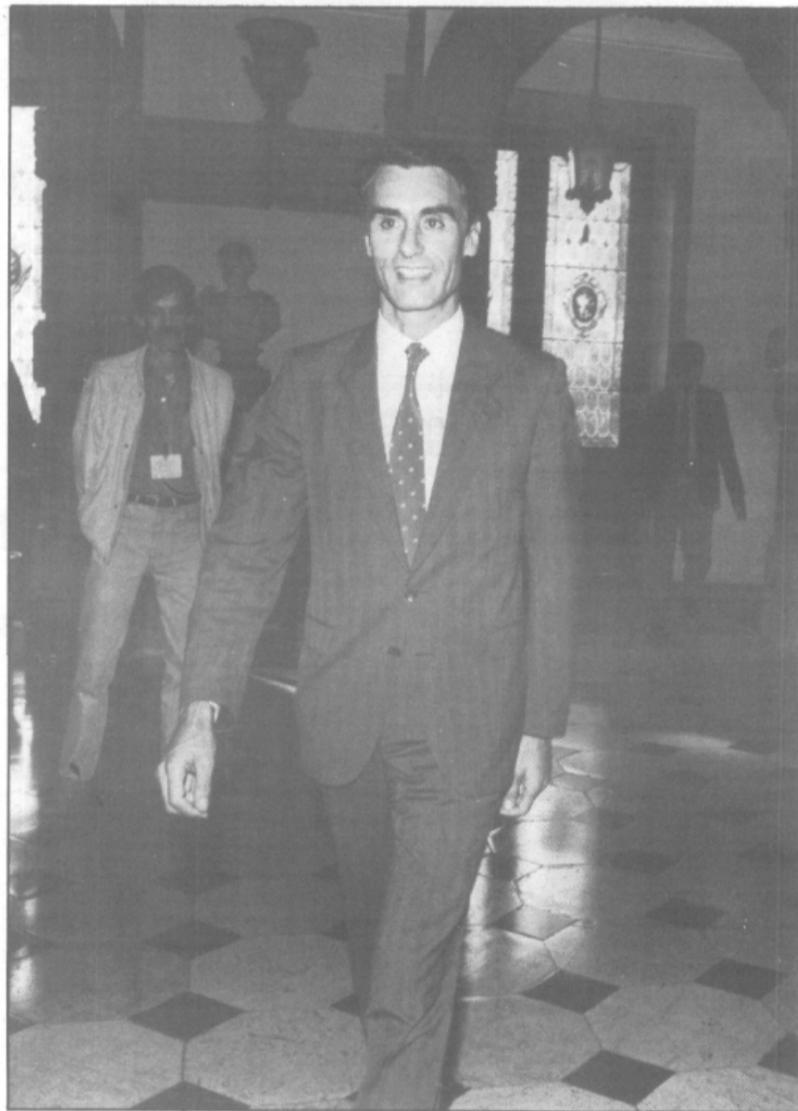
Sobre o eventual apoio de outros partidos ao seu governo minoritário, Cavaco Silva confirmou ter havido contactos «com todos os partidos democráticos, donde resultou de forma clara que esses partidos não desejam participar no Governo e alguns referiram mesmo não desejarem acordos de incidência parlamentar».

«Mas o PSD ganhou as eleições e vai assumir as suas responsabilidades», disse. «Esperamos agora que os outros partidos assumam também as suas responsabilidades uma vez que vou fazer um governo que pretende resolver a crise económica e social que está instalada no nosso país».

«A opinião pública portuguesa dificilmente entenderia que os partidos da oposição se assumissem agora como obstáculos para a solução dessa mesma crise», disse Cavaco Silva.

Sobre a apresentação do Programa de Governo, Cavaco Silva afirmou ter manifestado a disponibilidade a todos os «partidos democráticos» para dialogar com eles sobre esse programa.

Deles «recebemos a indicação de que à partida esse programa não será inviabilizado», acrescentou.



Cavaco Silva, terça-feira à tarde à saída do Palácio de Belém

### Autárquicas / 85

## Cavaco Silva amanhã na RTP

O líder do PSD, prof. Cavaco Silva, intervém no próximo tempo de antena do Partido Social Democrata, que será transmitido amanhã, sexta-feira, na RTP-1, após o telejornal das 20 horas. O programa, dedicado ao poder local e às eleições autárquicas de 15 de Dezembro, inclui ainda depoimentos de Fernando Nogueira, presidente da direcção nacional da campanha autárquica do PSD, e dos presidentes das câmaras municipais de Chaves, Alcobaça, Sousel e Loulé e do candidato à presidência da Câmara Municipal de Ourique.

Hoje, também será transmitido na RDP — Antena Um, após o noticiário das 13 horas, um programa de tempo de antena do PSD, dedicado ao mesmo tema.

**SOCIAIS DEMOCRATAS  
GANHAM ELEIÇÕES  
NOS BANCÁRIOS DO NORTE  
E PANIFICAÇÃO  
DE AVEIRO**

(PÁG. 2)



# A nova escola

Jaime Quesado (\*)

Numa recente Conferência Internacional em Lisboa foi defendido que estudar é uma condição essencial para garantir a liberdade do exercício da cidadania. De facto, só com o domínio do conhecimento o indivíduo pode assegurar a sua intervenção cívica numa sociedade colectiva complexa e global cada vez mais exigente. A questão é que a liberdade que muitos defendem implica uma mudança no paradigma da Educação. De facto, num tempo de crise e de falta de soluções, a Escola tem que encontrar novas respostas. A Nova Ambição para a Escola é também a Nova Ambição que queremos para uma sociedade bloqueada e que precisa de se reencontrar com o futuro.

Na "Escola Nova" de que o país precisa, tem que se ser capaz de dotar as "novas gerações" com os instrumentos de qualificação estratégica do futuro. Aliar ao domínio por excelência da Tecnologia e das Línguas a Capacidade de com Criatividade e Qualificação conseguir continuar a manter uma "linha comportamental de justiça social e ética moral" como bem expressou recentemente Ralph Darhendorf em Oxford. Tem que se ser capaz de desde o início inculcar nos jovens uma capacidade endógena de "reação empreendedora" perante os desafios de mudança suscitados pela "sociedade em rede". Precisamos de um Portugal voltado para o futuro e apostado no papel das Novas Gerações.

A "Cooperação" estratégica entre a Escola, o Meio social, áreas de conhecimento, campos de tecnologia, não pode parar. Vivemos a era da Cooperação em Competição e os alicerces da "vantagem competitiva" passam por este caminho. Sob pena de se alienar o "capital intelectual" de construção social de valor de que tanto nos fala Anthony Giddens neste tempo de (re)construção. Na economia global das nações, os "actores do conhecimento" têm que internalizar e desenvolver de forma efectiva práticas de articulação operativa permanente, sob pena de verem desagregada qualquer possibilidade concreta e efectiva de inserção nas redes onde se desenrolam os projectos de cariz estratégico estruturante.

Por isso, a oportunidade e a importância da "Escola Nova". Que para além dos efeitos ao nível da revolução na utilização das TIC como um instrumento de qualificação pedagógica tem que ter a capacidade de elevar na escala produtiva as empresas portuguesas, aumentando as exportações, consolidando dinâmicas de inovação e reforçando o emprego. É isso que conta nos tempos difíceis que vivemos. Assumir rupturas estratégicas e implantar uma Agenda de Modernidade para construir um país realmente diferente. A Educação assume-se desta forma como o "driver" efectivo da mudança e da construção duma identidade cultural mais forte. A ambição da Escola tem que ser a de dar resposta a uma sociedade aberta colaborativa e participada, exigente na sua procura de uma ambição de excelência.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Francisco Oliveira, nº 9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

### CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Discussão e votação das contas da Secção de 2014
- 2 - Análise da situação política

### CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2015 (sábado) pelas 16h00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. (entre as 21h00 e as 24h00)

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 19h00

### LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Lourinhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Março de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, 4 Cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política local e nacional;
- 2 - Outros assuntos;

### MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 02 de Março de 2015, (segunda-feira) pelas 20h30, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, no Centro de Exposições, sito na Rua Fernão Lopes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Nova Sede da Secção de Odivelas
- 2 - Ratificação das contas da Secção de Odivelas
- 3 - Análise da situação política

### SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 23 de Fevereiro de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, no Santarém Hotel (Sala Lezíria), sito na Av. Madre Andaluz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apreciação e votação das contas distritais de 2014
- 2 - Análise da situação política actual

### SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2015 (quarta-feira) pelas 21h00, na sede da secção de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas de 2014
- 3 - Análise da situação político-partidária



### ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Albergaria-a-Velha, para reunir no dia 20 de Março de 2015, pelas 20h30, na sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Ent. 4, em Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição para a Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 20h30h até às 22h30h.

### NÚCLEO DA BRANCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes da JSD de Albergaria-a-Velha, residentes na freguesia da Branca, para reunir no dia 20 de Março de 2015, pelas 18h30s, na sede do PSD, sita na Rua Padre Matos, Ent. 4, em Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição para a Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo da JSD da Branca.

Nota:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 18h30h até às 20h30h.

(Por lapso dos serviços esta convocatória pertence ao POVO LIVRE anterior)

**PÓVOA DE VARZIM**

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convocam-se todos os Militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 19 de Fevereiro de 2015, quinta-feira, pelas 21:15 horas, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Esc.º 1, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apresentação do Plano de Atividades para o 1º Semestre de 2015;
- 2) Apresentação do Plano de Recuperação de Militantes;
- 3) Análise da Situação Política Local e Nacional.

**CONVOCATÓRIA****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO LISBOA/AML**

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, e do nº 1 do Artº 3º do Regulamentos Eleitoral, convocam-se os militantes dos TSD do Núcleo dos TSD do Ministério da Educação, para reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 24 de Março de 2015, das 18.00 h às 20.00h, na Sede Distrital TSD de Lisboa/AML, sita no Largo de S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo.

Nota: As listas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital dos TSD/AML, até às 20.00h do quinto dia útil anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital dos TSD.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD de Lisboa/AML

(Álvaro de Sousa Carneiro)

**CONVOCATÓRIA****TAP LISBOA/AML**

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, e do nº 1 do Artº 3º do Regulamentos Eleitoral, convocam-se os militantes dos TSD do Núcleo dos TSD da TAP, para reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 24 de Março de 2015, das 18.00 h às 20.00h, na Sede Distrital TSD/AML, sita no Largo de S. João Bosco, nº 3-B, em Lisboa, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo.

Nota: As listas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital dos TSD/AML, até às 20.00h do quinto dia útil anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital dos TSD.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2015

O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD/AML

(Álvaro de Sousa Carneiro)

